

Ofício Andifes N.º 050/2011

Brasília, 2 de fevereiro de 2011.

Senhor Ministro,

Como já manifestamos em outras oportunidades, os avanços conseguidos nos últimos anos fizeram com que o Sistema Público de Ensino Superior Federal alcançasse uma dimensão que certamente colaborou para o país dar saltos em desenvolvimento econômico e social.

Não obstante tais avanços, dada inclusive a velocidade com que ocorreram, algumas questões ficaram ainda sem uma solução definitiva. Em função disso, o Conselho Pleno da Andifes discutiu e elencou um conjunto de pendências com o intuito de contribuir para a consolidação desses avanços já alcançados.

Acreditamos que com o atendimento dessas demandas, melhores condições terão as universidades federais para dar seqüência nessa missão de apoiar o país em seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

A primeira delas, e talvez a mais urgente, é a situação dos Hospitais Universitários e suas implicações na formação de técnicos e na saúde pública do país, compreendendo questões relativas a pessoal, financiamento e instrumentos de gestão.

Outra pendência de grande envergadura é o Programa de Apoio a Pós-graduação das IFES (PAPG-IFES), diretamente relacionado à formação de mão de obra especializada e à qualidade de educação em todos os níveis.

Para viabilizar a solução dessas pendências surge a necessidade de revisão do plano de carreira docente, a institucionalização de um modelo de financiamento e de alocação de recursos para as universidades federais que responda à expansão ocorrida nos últimos anos, bem como dê conta da recuperação das instalações mais antigas e atualização de equipamentos e infraestrutura de ensino e pesquisa.

Destacamos também que essa nova universidade brasileira incorporou parcelas significativas de jovens que demandam assistência estudantil, portanto, sob pena de inviabilizar a permanência desses brasileiros em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, o financiamento para estes órgãos do estado deve prever novos recursos necessários a esta finalidade social.

Como nova modalidade já consagrada, porém ainda não institucionalizada, o Ensino a Distância precisa receber apoio mais efetivo para seu financiamento e de pessoal. A EaD, explorada corretamente, confere escala à formação de pessoal, eficiência no setor produtivo, capilaridade geográfica da educação superior e qualidade, tudo isso redundando na maior democratização do acesso ao ensino superior.

Ministro Fernando Haddad
Ministério da Educação
Brasília, DF.

C/C: Secretário Luiz Cláudio Costa (Sesu / MEC)

Tem-se ainda questões não equacionadas relativas a pessoal para as IFES que envolvem a criação de cargos de professores (tanto para cumprir as necessidades do REUNI, como para a operacionalização do banco de professores equivalentes) e o dimensionamento do pessoal técnico-administrativo (defasagem numérica no quadro de referência dos TAs). Inclui-se aqui a revisão da legislação sobre provisão de substitutos até que as IFES possam ajustar o seu banco de professores equivalentes e para contemplar a substituição de dirigentes com cargos de direção.

Há que se criar meios ainda para que as IFES possam atender a legislação no diz respeito à contratação de professores de libras, à ampliação da carga horária dos cursos de fisioterapia, enfermagem e farmácia e à contratação de professores para o oferecimento de conteúdos sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e sobre temáticas relativas aos afrodescendentes (Resolução n. 1, de 17/06/2004).

Em relação aos recursos financeiros, identificou-se como pendências as questões relativas aos orçamentos de 2010 e 2011 (limites para custeio e capital, aproveitamento de créditos). Identificou-se, além disso, a necessidade de recursos para o fomento à internacionalização das IFES, para mobilidade acadêmica e para os programas de segurança das IFES.

Com implicações sobre necessidades de pessoal e de recursos financeiros tem-se a necessidade premente de rever projetos pactuados entre as universidades federais e o Ministério da Educação referentes à Expansão fase 1 e do REUNI, assim como a avaliar a continuidade do REUNI, o REUNI 2.

Um outro conjunto de pendências envolve as gratificações, funções gratificadas e cargos de direção. É urgente a implantação da gratificação de preceptoria e da gratificação de coordenação de cursos. Há que se rever ainda o dimensionamento de CD's e FG's das IFES. Também a revisão do valores das CD's (pagamento por exemplo de 99% do valor) se faz premente pois está cada vez mais difícil atrair os docentes para os cargos de direção.

Tem-se por fim algumas questões esparsas, porém relevantes ao dia a dia, tais como a revisão da legislação sobre afastamentos durante o estágio probatório, a portaria E-MEC relativa às denominações de cursos e alguns problemas que vêm ocorrendo na aplicação da Metodologia de Avaliação do SINAES.

Todas estas pendências são apresentadas de forma sintética em anexo.

Atenciosamente,



Reitor Edward Madureira Brasil
Presidente da Andifes

ANEXO

LISTA DE PENDÊNCIAS DAS IFES

PENDÊNCIAS DE MAIOR ENVERGADURA

1. Situação dos Hospitais Universitários – pessoal, financiamento, instrumentos de gestão;
2. PAPG;
3. Plano de Carreira Docente;
4. Modelo de Alocação de Recursos para as IFES;
5. Institucionalização da EaD.

PESSOAL

1. Criação de cargos de professores (REUNI, operação do banco de professores equivalentes);
2. Dimensionamento de pessoal técnico-administrativo (operação do quadro de referência de T.A. das IFES);
3. Rever legislação sobre provisão de substitutos;
4. Substitutos de dirigentes e pró-reitores;
5. Necessidade de professores de libras;
6. Contratação de professores para a ampliação da carga-horária dos cursos de fisioterapia, enfermagem e farmácia;
7. Contratação de professores para Educação das Relações Étnico-Raciais e temáticas relativas aos afrodescendentes;
8. Re-enquadramento de aposentados (servidores técnico-administrativos).

RECURSOS FINANCEIROS

1. Orçamento 2010 e 2011 (limites para custeio e capital, aproveitamento de créditos);
2. Fomento à internacionalização das IFES;
3. Ampliação dos recursos para o PNAES;
4. Recursos para mobilidade acadêmica;
5. Recursos para Programas de Segurança nas IFES;
6. Recursos para infra-estrutura anterior à expansão.

REVISÕES DOS PLANOS E AMPLIAÇÃO

1. Revisão da Expansão;
2. Revisão do REUNI;
3. Expansão do Sistema (REUNI 2).

GRATIFICAÇÕES E FUNÇÕES

1. Gratificação de preceptoria;
2. Gratificação de coordenação de cursos;
3. Dimensionamento das CD's e FG's;
4. Rever valores das CD's.

PENDÊNCIAS ISOLADAS

1. Rever legislação estágio probatório (afastamento);
2. Portaria E-MEC (denominações consolidadas e outros);
3. Aprimorar a Metodologia de Avaliação do SINAES.